



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2372

1 Aos onze dias do mês de agosto do ano de Dois Mil e Nove reuniram-se em caráter ordinário, às dezoito
2 horas e trinta minutos, em última chamada, na sala de Reuniões do sexto pavimento das Secretarias de
3 Obras e Viação e do Planejamento Municipal, nesta Capital, os seguintes Conselheiros do Conselho
4 Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental: **Márcio Bins Ely**, Secretário da Secretaria do
5 Planejamento Municipal e presidindo a reunião; **Silvio Belmonte**, titular da Universidade Federal do Rio
6 Grande do Sul; **Maria Elisabete Aguiar**, primeira suplente da Fundação Estadual de Planejamento
7 Metropolitano e Regional; **Fernando Biffignandi**, titular do Departamento Municipal de Habitação; **Júlio**
8 **Miranda**, titular da Empresa Pública de Transporte e Circulação; **Rosane Zottis Almeida**, titular do
9 Gabinete do Prefeito; **Breno Ribeiro**, primeiro suplente da Secretaria de Planejamento Municipal; **Gilmara**
10 **Muller**, segunda suplente da Secretaria Municipal de Obras e Viação; **Cibeli Silva do Carmo**, titular da
11 Secretaria Municipal do Meio Ambiente; **Dino Damiani Neto**, primeiro suplente da Associação Brasileira dos
12 Escritórios de Arquitetura; **José Euclésio dos Santos**, titular da Associação Gaúcha dos Advogados de
13 Direito Empresarial; **Analino Zorzi**, titular, e **Nilza Colombo**, primeira suplente do Conselho Internacional de
14 Monumentos e Sítios; **Nilson Lopes Coelho**, titular do Instituto de Planejamento e Estudos Sócio
15 Ambientais; **José Luiz Domingues**, titular da Ordem dos Advogados do Brasil; **Paulo Bins Ely**, titular do
16 Sindicato dos Corretores de Imóveis; **Jorge Larré**, segundo suplente do Sindicato dos Trabalhadores nas
17 Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre; **Diogo Schiaffino**, segundo suplente da Sociedade de
18 Engenharia do Rio Grande do Sul; **Alan Cristian Tabile Furlan**, titular da Região de Planejamento Um;
19 **Márcia Bica**, titular da Região de Planejamento Dois; **Helena Cristina Borges**, titular da Região de
20 Planejamento Três; **Luiz Filipe Correia de Oliveira**, segundo suplente da Região do Planejamento Quatro;
21 **Lauro Rossler**, segundo suplente da Região de Planejamento Cinco; **Nestor Nadruz**, titular, e **Carolina**
22 **Hermann C. de Souza**, segunda suplente da Região de Planejamento Seis; **Eduíno Mattos**, titular da
23 Região de Planejamento Sete; **Heverson Luis V. da Cunha**, primeiro suplente da Região de Planejamento
24 Oito; **Alceu Rosa da Silva**, titular da Temática Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano e
25 Ambiental e **Ana Paula Tomasi**, secretária executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente** questionou se
26 havia alguma retificação à ata. Conselheiro **Heverson** questionou sobre a falta da resposta na página
27 quatro, linha seis ao seu questionamento sobre a Vila do Manecão feito na página três, linha setenta e seis.
28 Em função da falta de resposta, conselheiro **Fernando** esclareceu. Conselheiro **Lauro** solicitou retificação
29 da página três, linha vinte e cinco. Solicitou que fosse esclarecido que o seu questionamento se referia à
30 “Avenida Coronel Massot” ao invés de à “região”, como fora redigido. Conselheiro **Alceu** solicitou que
31 referente a sua fala sobre o projeto *Minha Casa, Minha Vida*, fosse esclarecido que a sua afirmação versava
32 sobre o número percentual daqueles que procuravam o projeto. Conselheira **Cibeli**, referente à página três,
33 linha quarenta e sete e quarenta e oito, sobre que a SMAM não permitiria a presença de carroças nos
34 condomínios, pediu para complementar que existe legislação específica que proíbe essa presença.
35 Conselheiro **Eduíno**, sobre a página três, linha quarenta e um, pediu para complementar que a sua revolta
36 se refere à invasão “para fins de grilagem”. Conselheiro **Zorzi** solicitou que o nome da segunda suplente da
37 ICOMOS fosse corretamente redigido para “Nilza Colombo”. A ata com as retificações propostas foi
38 colocada em votação e a mesma foi aprovada por vinte e um votos favoráveis, nenhum voto contrário e uma
39 abstenção. **Presidente** deu início às **comunicações**. Conselheiro **Heverson** sugeriu reflexão sobre os
40 motivos que tornam o Orçamento Participativo matéria tão polêmica. Falou sobre matéria publicada na
41 página da Prefeitura sobre o Orçamento Participativo europeu e propôs que fosse feito convite pelo
42 Conselho para que representantes do OP participem da reunião e esclareçam a organização. Solicitou que o
43 presidente fizesse convite ao DEP para apresentar programa de drenagem. Conselheiro ainda falou sobre
44 notícia de queda de prédio de hotel. Conselheiro **Eduíno** denunciou o estado precário de conservação das
45 calçadas do centro, exemplificando o desleixo na pavimentação da Avenida Voluntários da Pátria, entre a
46 Rua Pinto Bandeira e o Mercado Público. Solicitou providências à SMOV, por ser assunto que envolve risco
47 de queda e acidentes. Ainda falou sobre matéria publicada no jornal *Folha de São Paulo*, importante por
48 sugerir reflexão sobre as conseqüências do aumento da densificação habitacional, como a diminuição do
49 valor imobiliário e queda na qualidade de vida. Exemplificou o caso do Bairro Petrópolis. Conselheiro **Zorzi**
50 informou que na segunda feira próxima a da reunião, no dia dezessete, será o Dia Mundial do Patrimônio.
51 Propôs a reflexão sobre o tema e deu ênfase ao patrimônio cultural. Conselheiro **Lauro** falou sobre a
52 reativação do Conselho Municipal da Cultura, deu detalhes e convidou a todos interessados para
53 comparecerem no dia seguinte no Gabinete do Prefeito para o ato de posse do novo Conselho de Cultura.
54 Conselheira **Cibeli** falou sobre os esforços da SMAM, referente à responsabilidade que tem sobre
55 monumentos e praças, e disse que se tenta encontrar forma de minimizar esse problema. Falou sobre a
56 importância dos monumentos, que retratam a nossa história. Além disso, solicitou que os encaminhamentos
57 feitos para a SMAM por parte dos conselheiros sejam entregues por escrito. **Presidente** deu início à Ordem



ATA N.º 2372

1 do Dia. **Processo Quatro Ponto Um**. Expediente número 002.309624.00.6, relator: RP3. Interessado:
2 Engenho Adm. Part. Imóveis Ltda; assunto: EVU de Condomínio; local: número setenta e sete da Rua
3 Otaviano de Oliveira. Conselheira **Helena**, relatora do processo, disse que apenas nesta semana teve
4 condições de trabalhar no processo, e que apesar de sabido que o mesmo se encontra consigo a bastante
5 tempo, solicitou mais uma semana para a relatoria, pois precisa de consultoria junto à Prefeitura.
6 Conselheiro **Breno** colocou a Secretaria do Planejamento à disposição. **Presidente**, em consulta ao artigo
7 vinte e nove do Regimento Interno do CMDUA, concedeu prazo de mais uma semana para a relatoria.
8 Adiado. **Processo Quatro Ponto Dois**. Expediente número 002.316244.00.3, relator: OCDUA. Interessado:
9 DEMHAB; assunto: EVU de Loteamento; local: número cento e quarenta e três da Rua Pereira Franco.
10 Processo retornou do pedido de vistas solicitado pela RP 2. Conselheiro **Alceu**, relator do processo, o
11 apresentou novamente e disse que apesar de se sentir contrariado em aprovar o EVU de Loteamento, por
12 achar que poderia ser elaborado de forma melhorada, se posicionou favorável ao projeto. Justificou o seu
13 voto em razão de o mesmo estar de acordo com a legislação e com a vontade da comunidade, que não quer
14 perder os recursos obtidos. Salientou que considera a AEIS um crime contra a adequada urbanização da
15 cidade e que permite, mais uma vez, que em uma área rica se instaure moradias precárias. Conselheiro
16 **Filipe** concordou com as manifestações do Conselheiro Alceu e disse que um estudo de viabilidade
17 urbanística não deveria levar em conta apenas a vontade da comunidade, que não tem o devido
18 conhecimento técnico e que se contenta com muito pouco. Exemplificou um terreno de dezoito metros
19 quadrados, existente no projeto. Conselheiro **Heverson** disse que por diversas vezes escutou o conselheiro
20 Alceu falar que as AEIS depreciam a cidade e as questões de loteamento, mas opinou que verifica
21 justamente o contrário, ou seja, que a AEIS possibilita a melhoria das condições de moradia. Conselheiro
22 **Fernando** disse que entende a posição do conselheiro Alceu, mas pediu que se entenda a complexidade
23 que representa o trabalho com a comunidade. Explicou o funcionamento do Orçamento Participativo e a sua
24 relação com o DEMHAB, o qual recebe as demandas e trabalha com verba restrita. Disse que o trabalho
25 com a comunidade representa uma negociação constante, onde não há interesse por parte dela em perder
26 ou ceder. Disse que apesar de poder parecer um processo simples, um projeto que chega ao Conselho as
27 vezes é resultado de muitos anos de planejamento e negociação. Sobre as AEIS, disse que a legislação
28 define exigências mínimas, que apesar de serem poucas, são as possíveis. Opinou que o DEMHAB não
29 possa abandonar a comunidade até que ela tenha melhores condições e a verba necessária para
30 concretizar projetos mais adequados. Conselheira **Elisabete** questionou se o DEMHAB tem um trabalho de
31 monitoramento sobre os resultados desse tipo de aprovação, por exemplo, de lotes tão pequenos. Disse que
32 se questiona quanto ao que se está criando com esse tipo de alternativa de regularização. Conselheiro
33 **Fernando** disse que existe a preocupação do DEMHAB nesse sentido, mas ratificou as dificuldades em se
34 aprovar loteamentos de forma melhorada. Falou sobre a dificuldade de deslocar a comunidade de sua
35 região habitual de moradia, já que existem apegos de diversos tipos. Questionou se havia respondido a
36 questão. Conselheira **Elisabete** disse que em realidade gostaria de saber se existe um controle posterior,
37 sobre a realidade que virá. Conselheiro **Fernando** disse que não exatamente. Conselheira **Helena** opinou
38 que apesar de o Conselho debater questões técnicas, o contato com a comunidade envolvida lhe permite
39 perceber que a mesma de fato cria vínculos, e que apesar de não serem estes projetos ideais, opinou que
40 devam ser aprovados para resolver a situação daqueles que já estão instalados. Alertou que se os
41 moradores recebessem lotes maiores, eles os venderiam, pois estão acostumados a viver em condições
42 mínimas e não querem abandonar as suas casas. Além disso, falou sobre o exagero no número de
43 assentamentos que estão ocorrendo na Zona Norte e solicitou que devam diminuir, pois a região não
44 consegue os comportar. Conselheiro **Eduíno** opinou que as AEIS são uma estratégia útil e importante e que
45 uma das suas maiores vitórias se manifestou na Chácara das Bananeiras, onde foram recebidas mais de
46 seis mil famílias - apesar de representar região geograficamente complicada. Defendeu que os problemas
47 não estejam na AEIS, mas sim a forma como é usada, e denunciou a regularização de loteamentos em
48 forma de favelas. Disse que a negociação com os moradores é tarefa difícil, podendo ser até perigosa, mas
49 disse que este é o desafio e que deve ser feito. Exemplificou o caso da Vila São José, com muita densidade
50 populacional, o que torna caótica a situação. Em contraste, exemplificou o bairro CEFER, que foi
51 adequadamente planejado. Disse que os moradores da Vila São José chegam a não entender o porquê de
52 tantas praças no bairro vizinho, o que mostra que é necessário um trabalho de base com a comunidade,
53 para a conscientização do significado da qualidade de vida. Conselheiro **Filipe** disse que o impedimento
54 para melhoramentos sempre acaba sendo a falta de recursos, e lembrou que o CMDUA tem como levantar
55 mais verba - assim como já está sendo feito e que se mostra insuficiente. Acusou para a necessidade de se
56 pensar em mecanismos para essa ação, opinando que aproximadamente um bilhão de reais poderiam ser
57 suficientes - o que não se mostra quantia inviável. Lembrou o que disse o Diretor do DEMHAB, Dr. Goulart,
58 sobre a necessidade de se aproveitar os investimentos que durarão até o ano de dois mil e dez, quando



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2372

1 terão as eleições e os preparativos para a Copa do Mundo, e condenou a prática de se pensar apenas em
2 eventos pontuais para geração de renda. Conselheiro **Breno** opinou que a importância da discussão
3 presente exigia reunião sem processos em pauta, evidenciando que o tema da reunião anterior não havia se
4 esgotado. Sugeriu que fosse marcada outra data para o debate. De qualquer forma, opinou que apesar da
5 necessidade em se pensar em projetos melhorados, lhe parecia que a discussão estava tomando enfoque
6 imediatista. Disse que o déficit habitacional é grave e resultado de muitas décadas de paternalismo, onde
7 existem interesses óbvios. Exemplificou o caso da Vila Planetário, onde poderiam ser alocadas muito mais
8 famílias em boas condições de moradia, mas que infelizmente se cedeu às exigências dos moradores que
9 diziam não poder abandonar suas casas. Lembrou que muitas pessoas se vêm obrigadas a mudar de casa,
10 inclusive e fundamentalmente a classe média, e sugeriu reflexão sobre o porquê de os mais pobres não
11 poderem fazer o mesmo. Contou sobre uma visita feita pela Prefeitura à determinada região, onde um
12 morador lhe confidenciou, após a saída dos demais colegas, que os funcionários são motivo de chacota e
13 que não deviam ser tão paternalistas com a comunidade, que às vezes tendência à marginalidade.
14 Conselheiro **Alan** disse que fez trabalho de censo na Vila Chocolateiro, e no início das entrevistas era
15 unânime que as famílias não quisessem sair do local, mas frisou que quando seguiam as perguntas e lhes
16 eram oferecidas condições de trabalho em outra região, pouquíssimas pessoas ainda mantinham a intenção
17 de permanecer. Lembrou que a vontade da comunidade pode ser subjetiva, e que às vezes podem não
18 saber expressar exatamente o que precisam, ou o que querem. Defendeu a necessidade de trabalho
19 interdisciplinar pra atuar nesse sentido, opinando que ao DEMHAB caberia dizer objetivamente se o projeto
20 é adequado ou não. Conselheiro **Fernando** lembrou que o DEMHAB não tem verba própria. Conselheira
21 **Helena**, em resposta ao que disse o conselheiro Breno, condenou que se generalizem as famílias pobres
22 como marginais, ou vagabundos. Falou sobre a pobreza, e que às vezes as vilas criam filhos traficantes e
23 filhas prostitutas, estes que acabam morando nas ruas em função da dependência das drogas. Disse que os
24 moradores de rua muitas vezes nem aceitam casas, e que o adequado seriam programas de reabilitação e
25 acompanhamento. De qualquer forma, frisou que os moradores de vilas são fundamentalmente
26 trabalhadores e que não merecem generalizações. Conselheiro **Breno** lembrou que não generalizou, mas
27 apenas se referiu a um exemplo. Conselheiro **Alceu** disse que tem experiência e se orgulha de ter
28 participado da regularização de diversas vilas da cidade. Disse que atualmente visualiza condições precárias
29 de regularizações que podem ser melhoradas. Lembrou que existem dois tipos de comunidades pobres:
30 aqueles que trabalham para a classe média, que de uma maneira geral são confiáveis – e se verifica neste
31 processo em pauta, e aqueles que têm a tendência à marginalidade, o que se verifica na Avenida
32 Voluntários da Pátria ou na *Freeway*, dizendo que o que se vê ali é vergonhosos. Disse que trinta e três anos
33 de vida comunitária lhes permitem dizer que deve haver melhoramentos e reiterou seu voto, se dizendo
34 favorável à aprovação, face legitimidade legal. Conselheiro **Silvio** questionou o voto do conselheiro relator,
35 por lhe parecer contraditório a todo o seu discurso anterior. Disse que também considera o projeto
36 inadequado e lhe frustra o voto favorável. Conselheiro **Euclésio** propôs o retorno do processo ao DEMHAB,
37 para que fosse apresentado novamente de forma melhorada. Conselheiro **Zorzi** disse que se sente
38 envergonhado de aprovar o projeto nessas condições. Conselheira **Rosane** disse que lhe pareceu que a
39 discussão da reunião não era exclusivamente sobre o processo em pauta, mas sim sobre a forma de
40 aprovação que tem sido adotada de uma maneira geral. Opinou que essas opiniões devessem ser pautadas
41 e lavadas ao governo para que possa haver modificações daqui para frente. Contudo, condenou mudanças
42 no meio do processo. Lembrou que muitos outros casos de regularização de loteamentos chegarão ao
43 Conselho nessas condições e deverão ser considerados a partir de critérios padronizados. Posicionou-se
44 favorável à aprovação e lembrou que existem critérios que estão sendo respeitados, relacionados com o
45 funcionamento do Orçamento Participativo. Opinou que as mudanças sugeridas são significativas e não
46 devem ser efetivadas de uma hora para outra. Conselheira **Márcia** disse que o seu pedido de vistas ao
47 processo lhe permitiu fazer reunião com a comunidade e perceber que a mesma não conta com a
48 possibilidade de que o projeto não venha a ser aprovado. Disse que a eles representa uma conquista,
49 mesmo nessas condições. Conselheira **Cibeli** questionou se aprovação desse EVU garantiria a
50 permanência das vinte e oito famílias no local. Conselheiro **Fernando** disse que sim. Conselheira **Cibeli**
51 disse que se posicionaria favorável em função de saber que existe interesse de empresa vizinha comprar a
52 área, o que impediria a permanência das famílias. Conselheiro **Eduíno** apoiou a idéia do conselheiro
53 Euclésio, de encaminhar o processo ao DEMHAB para melhoramentos, opinando que se deva começar
54 agora uma mudança. Conselheiro **Fernando** lembrou que a comunidade é favorável ao projeto e que a não
55 aprovação acaba por lhe parecer, de alguma forma, que o Conselho não esteja a seu favor. Conselheiro
56 **Eduíno** condenou que fosse levantada essa possibilidade, manifestando revolta em função de as melhorias
57 almejadas serem para atingir a própria comunidade. Seguiram-se as discussões. **Presidente** informou que
58 houve um relato favorável e uma solicitação de diligência, que deveriam ser votadas pelo Conselho. A



ATA N.º 2372

1 proposta de encaminhamento do processo para diligência ao DEMHAB para melhoramentos do projeto foi
2 colocada em votação e a mesma não foi aprovada, por sete votos favoráveis, quatorze votos contrários e
3 duas abstenções. A aprovação do parecer favorável à aprovação de EVU de Loteamento e instituição de
4 AEIS foi colocado em votação e o mesmo foi aprovado por quatorze votos favoráveis, nove votos contrários
5 e duas abstenções. Apesar do adiantado da hora, **Presidente** solicitou a permanência dos conselheiros para
6 a apreciação do **Processo Quatro Ponto Onze** da pauta. Expediente número 002.072280.09.3. Assunto:
7 Edital de Convocação das Eleições dos Fóruns. **Presidente** falou que a aprovação do edital para as eleições
8 dos representantes das Regiões de Gestão de Planejamento junto ao CMDUA e junto aos Fóruns se mostra
9 basicamente igual ao edital das últimas eleições, realizadas à dois anos atrás. Citou as modificações.
10 Advertiu os conselheiros que apenas foram recebidas três sugestões quanto aos locais de eleições, e
11 reiterou a necessidade de que sejam informadas. **Eunice** lembrou que era o último dia. Conselheiro **Nadruz**
12 solicitou a possibilidade de enviar as sugestões no dia seguinte, via e-mail. Conselheiro **Alan** solicitou a
13 possibilidade de encaminhar as sugestões após a reunião de quinta feira, que contará com a apresenta dos
14 representantes da comunidade. **Eunice** solicitou a urgência dos encaminhamentos e deu detalhes sobre o
15 edital, envolvendo determinações da justiça para que o processo pudesse se tornar o mais transparente
16 possível. Falou sobre as datas de credenciamento e do prazo de um mês, a contar das mesmas, até a data
17 das eleições. Falou sobre os dois dias destinados ao credenciamento e informou horário. Frisou que a
18 participação dos conselheiros só poderá ocorrer perante uma Região de Planejamento e que o
19 credenciamento deverá ser presencial e não via procuração. Deu detalhes sobre exigências e pré-requisitos.
20 Conselheiro **Eduíno** questionou se o local das eleições seria o mesmo do cadastramento e se o
21 cadastramento poderia ser feito por e-mail. **Eunice** informou. **Presidente** questionou se alguém se
22 manifestava contrário à aprovação do edital. Conselheiro **Alan** sugeriu modificação referente a prazos e
23 horários para a votação, para evitar que o atraso dos conselheiros pudesse prejudicar o resultado. **Eunice**
24 deu esclarecimentos, demonstrando que as eleições estariam seguras referente a essa preocupação.
25 **Presidente**, em não havendo manifestação contrária, informou a aprovação do Edital de convocação para
26 as eleições. Pelo adiantado da hora, os demais processos da pauta foram adiados, estes que eram:
27 **Processo Quatro Ponto Três**. Expediente número 002.317674.00.6, relator: METROPLAN. Interessado:
28 DEMHAB; assunto: EVU de Loteamento; local: Rua Monsenhor Severino Brun. Adiado. **Processo Quatro**
29 **Ponto Quatro**. Expediente número 002.070479.09.7, relator: EPTC. Interessado: Marina da Rocha Pereira,
30 assunto: Resolução – Inclusão de Gravame de Traçado Viário e Cadastramento; local: Beco Dois – Rua
31 João Paris. **Processo Quatro Ponto Cinco**. Expediente número: 002.266521.00.2.3, relator: GP.
32 Interessado: UFRGS; assunto: EVU de Edificação; local: número quinhentos e quarenta da Rua Jacinto
33 Gomes. **Processo Quatro Ponto Seis**. Expediente número 002.071630.09.0, relator: SMGAE. Interessado:
34 SPM; assunto: Resolução – Alteração e Inclusão de Traçado Viário; local: Rua Osmino Julio Kuhn. Adiado.
35 **Processo Quatro Ponto sete**. Expediente número: 002.075268.08.6, relator: SMOV. Interessado: Antonio
36 Eugênio do Amaral Velho; assunto: Resolução – Inclusão de Gravame de Traçado Viário; local: Rua dos
37 Unidos. Adiado. **Processo Quatro Ponto Oito**, expediente número: 002.266513.00.1.12103, relator: SPM.
38 Interessado: UFRGS; assunto: EVU de Edificação; local: número cento e dez da Avenida Paulo Gama.
39 Adiado. **Processo Quatro Ponto nove**, expediente número 002.237021.00.2, relator: ICOMOS.
40 Interessado: CLARO. Assunto: ERB – “ROFTOP”; local: número dois mil novecentos e cinquenta e nove ao
41 dois mil novecentos e sessenta e cinco da Avenida Protásio Alves. Adiado. **Processo Quatro Ponto Dez**.
42 Expediente número 002.221041.00.0, relator: AGADIE. Interessado: CLARO; assunto: ERB – “ROOFTOP”;
43 local: número seis mil duzentos e três e seis mil duzentos e quinze da Avenida Assis Brasil. Adiado. Às vinte
44 horas e quinze minutos foram encerrados os trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e
45 Ambiental pelo Presidente. Eu, **Ana Paula Tomasi**, assino e lavro, juntamente com o Presidente, a presente
46 ata.
47
48
49
50
51
52
53
54

Ana Paula Tomasi
Secretária Executiva

Márcio Bins Ely
Presidente